

REVISÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS NA SAÚDE MENTAL DE POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Ana Beatriz Fernandes Leonez¹
Danila Kelly Pereira Nery²

INTRODUÇÃO

Sob o enfoque da evolução histórica, a revolução industrial - período esse marcado pela grande defasagem do meio ambiente em prol de capital econômico - intensificou significativamente as emissões de gases poluentes e práticas nocivas à cobertura biótica do solo. Como consequência, ao longo dos séculos XX e XXI, verificaram-se graves episódios de contaminação dos recursos hídricos, do solo e da atmosfera decorrentes das atividades industriais, impactando tanto as nações desenvolvidas quanto aquelas em processo de desenvolvimento, bem como originando outros desdobramentos ecológicos adversos (Ganzala, 2018). Esses fenômenos incidem sobre a qualidade de vida das pessoas diretamente, gerando impactos tangíveis como patologias físicas, danos materiais e sociais, tais como, migração forçada e ampliação das inequidades sociais. Embora os impactos físicos sejam visíveis e frequentemente discutidos, se faz necessário evidenciar os desdobramentos psíquicos e afetivos, resultantes dessas reconfigurações ecológicas, que exercem influência sobre o bem-estar subjetivo das comunidades atingidas.

Segundo Dill (2013), as sequelas dos desastres ambientais podem comprometer de maneira distinta o tecido social. Os riscos ambientais não são divididos de modo equitativo, as pessoas mais suscetíveis aos prejuízos decorrentes dos desastres ambientais, são as desfavorecidas economicamente, que vivem à margem do acesso a recursos essenciais. Fatores como depravação econômica ou estrutura étnico-racial constantemente estão no núcleo da desigualdade na exposição aos riscos e encargos ambientais. Desse modo, povos tradicionais, comunidades ribeirinhas, moradores em situação de rua, populações negras, crianças e idosos, enfrentam uma exposição acentuada à fenômenos meteorológicos extremos e restrição no acesso a recursos de adaptação e assistência. Diante disso, Paquiela (2024) afirma que, a vulnerabilidade social impacta significativamente a saúde mental dos indivíduos, refletindo-se em redução da autoconfiança e das expectativas futuras. Ademais, favorecem o adoecimento psíquico,

¹ Graduando do Curso de Meio Ambiente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande Norte – IFRN, analeonez1308@gmail.com;

² Professora do IFRN- Campus Mossoró, Doutora em entomologia pela Universidade Federal de Lavras-UFLA, danila.neri@ifrn.edu.br



como desencadeamento de quadros de ansiedade e estresse, isolamento social, obstrução no acesso à saúde e vivências traumáticas. Em cenários de disparidade, tais condições tornam-se mais intensas, ampliando os riscos de declínio da estabilidade emocional.

Sob esta ótica, conforme Rafaloski et al. (2021, p. 232), se faz necessário entender que a intensidade dos desastres não se relaciona de forma exclusiva a magnitude do evento natural, bem como, exerce influência decisiva, à vulnerabilidade socioespacial da localidade impactada, o que reforça a compreensão dos desastres naturais como construções sociais resultantes de contextos históricos, econômicos e políticos específicos. No transcurso e posteriormente à ocorrência desses eventos o sistema nervoso sofre modificações que podem comprometer a eficiência das respostas imunológicas, resultando em intensas sensações emocionais, que podem se manifestar de diversos modos, desde o medo paralisante à perturbação nervosa intensa; a ansiedade e o medo, podem persistir mesmo após o evento, concedendo lugar a sentimentos de irritabilidade e tristeza.

Assim, este trabalho tem como objetivo identificar as principais formas de risco e os traumas decorrentes dos impactos ambientais, analisando de que maneira comprometem o bem-estar físico, social e psicológico e dificultam a construção de perspectivas futuras, buscando, assim, identificar, sintetizar e discutir a relação entre fatores ambientais e o adoecimento psíquico no contexto do desgaste físico-emocional resultante dos processos de degradação do meio ambiente. Portanto, a relevância deste estudo reside na possibilidade de mitigar a dicotomia existente entre o ambiente e a saúde mental, fornecendo subsídios para políticas públicas e estratégias de intervenção que priorizem a justiça ambiental, a redução das desigualdades, a ansiedade ambiental e a promoção da qualidade de vida de populações historicamente negligenciadas.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória, desenvolvida por meio de uma revisão bibliográfica, onde foram analisados artigos publicados entre os anos de 2000 a 2025 em bases como Scielo, PubMed e Google Scholar, utilizando os descritores: “saúde mental”, “impactos ambientais” e “eco ansiedade”. Para os critérios de inclusão, foram avaliados artigos originais, revisões sistemáticas e documentos de organizações reconhecidas nas áreas da saúde e meio ambiente, incluindo materiais com revisão por pares e documentos oficiais, legislações ou normas pertinentes.



Os dados coletados foram analisados de forma qualitativa, buscando identificar convergências temáticas nos conteúdos obtidos. Para tanto, os materiais foram organizados em categorias com características comuns, permitindo a sistematização das informações e a construção de uma síntese crítica que respondesse às questões de pesquisa e aos objetivos propostos nesta pesquisa.

REFERENCIAL TEÓRICO

As crises ambientais e seus desdobramentos na vida coletiva e individual têm sido objeto de crescente atenção científica, especialmente pela relação direta com a saúde mental. Em contextos de desastres ambientais de grande proporção, nota-se que essas condições impactam profundamente as relações socioafetivas das comunidades afetadas, podendo gerar um elevado risco de desenvolvimento de transtornos psicopatológicos ao longo do tempo. O impacto desses eventos está intimamente ligado a fatores como a capacidade de resiliência, as práticas socioculturais de enfrentamento do sofrimento, os recursos psíquicos individuais, as redes de apoio social e afetivo, além das estratégias e políticas públicas voltadas ao cuidado psicossocial e à saúde mental a serem implementadas em diferentes prazos — curto, médio e longo. (NOAL; RABELO; CHACHAMOVICH, 2019).

A literatura aponta que a vulnerabilidade socioeconômica está entre os principais fatores associados ao agravamento desses impactos, sobretudo em populações mais fragilizadas. Nesse sentido, “vários estudos epidemiológicos demonstraram a relação entre baixo nível socioeconômico e o aparecimento de problemas de saúde mental em crianças” (HALPERN; FIGUEIRAS, 2004, p. S106), mostrando que a intersecção entre desigualdades sociais e eventos ambientais é central para compreender a amplitude dos efeitos na saúde mental coletiva.

No contexto das mudanças climáticas, diferentes autores enfatizam os riscos diretos e indiretos desses processos sobre a saúde psíquica. Como salientam Hayes *et al.* (2018), as transformações climáticas tendem a acentuar as disparidades sociais e econômicas já presentes, tornando grupos socialmente vulneráveis ainda mais expostos aos efeitos adversos que essas alterações exercem sobre a saúde humana.

As repercussões para a saúde não se restringem apenas ao campo psicológico, mas também incluem alterações no padrão epidemiológico de doenças. Essas alterações ambientais favorecem o surgimento e a disseminação de vetores de doenças, o recrudescimento de epidemias e o aumento da incidência de enfermidades transmissíveis,



além de impactarem negativamente a produtividade das populações e elevarem os custos com tratamentos, medicamentos e assistência médica. (CONRADO *et al.*, 2000 p.8)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As análises realizadas a partir da literatura revisada permitem compreender os desastres como construções sociais, evidenciando que os efeitos sobre a saúde mental não decorrem apenas da força natural dos eventos, mas também das condições sociais, econômicas, políticas e culturais que moldam a experiência dos indivíduos (GANZALA, 2018). Essa perspectiva se confirma nos achados empíricos, que indicam que comunidades sub-representadas estão mais frequentemente no foco dos impactos ambientais e apresentam menor capacidade de enfrentamento (DILL, 2013; (NOAL; RABELO; CHACHAMOVICH, 2019).

A partir da sistematização dos dados, é possível identificar categorias analíticas centrais: (1) vulnerabilidade social, marcada por fatores como violência, escassez de recursos financeiros e restrição de direitos, que afetam diretamente a saúde mental (CARMO *et al.*, 2024; HALPERN; FIGUEIRAS, 2004); (2) intensidade dos impactos psicossociais, manifestada por baixa autoestima, autoconfiança comprometida, diminuição da motivação e limitada esperança em relação ao futuro (RAFALOSKI *et al.*, 2021); e (3) heterogeneidade temporal e contextual, com efeitos imediatos, de curto prazo e de longo prazo, que variam conforme o contexto e as condições sociais (CIANCONI; BETRÒ; JANIRI, 2020; HAYES *et al.*, 2018; BERRY *et al.*, 2018; CONRADO *et al.*, 2000).

A análise crítica evidencia lacunas, como a dificuldade em quantificar os efeitos em diferentes contextos e a escassez de estudos longitudinais que acompanham as consequências psíquicas ao longo do tempo (CONRADO *et al.*, 2000; NOAL; RABELO; CHACHAMOVICH, 2019). Assim, a heterogeneidade dos impactos indica que intervenções generalizadas podem ser insuficientes, exigindo abordagens adaptadas às especificidades de cada comunidade e às condições sociais, econômicas e culturais. Também foi revelado que a vulnerabilidade social atua não apenas como marcador de risco, mas como elemento estruturante que potencializa a gravidade dos transtornos (CARMO; SANTOS; PAQUIELA, 2024), enquanto os impactos psicossociais não são homogêneos, variando conforme fatores contextuais, o que reforça a necessidade de políticas públicas que integrem atenção à saúde mental, justiça socioambiental e estratégias preventivas (BRASIL, 2023; HAYES *et al.*, 2018).



Dessa forma, compreender os desastres como construções sociais permite identificar os grupos mais vulneráveis, orientar intervenções mais equitativas e promover soluções que considerem tanto a complexidade dos impactos psicossociais quanto a realidade social das comunidades afetadas. Esses achados contribuem teoricamente para a compreensão das relações entre desigualdade social e saúde mental em contextos de desastre e têm relevância prática na formulação de políticas públicas e estratégias preventivas (GANZALA, 2018; CARMO; SANTOS; PAQUIELA, 2024; CIANCONI; BETRÒ; JANIRI, 2020).

A vigente pesquisa evidenciou que os impactos psicossociais têm a vulnerabilidade social como elemento estruturante, o que além de intensificar a gravidade dos transtornos limita as possibilidades de enfrentamento comunitário. Dessa forma, os achados empíricos, organizados em categorias como vulnerabilidade social, intensidade dos impactos e heterogeneidade temporal, fornecem subsídios importantes para políticas públicas e práticas intersetoriais que integrem saúde mental, justiça socioambiental e prevenção a desastres. No entanto, foram identificadas lacunas na literatura, especialmente quanto à ausência de estudos longitudinais e à dificuldade de mensurar efeitos psicossociais em diferentes contextos, evidenciando a necessidade de pesquisas futuras que aprofundem a compreensão das relações entre desigualdade social, desastres ambientais e saúde mental.

REFERÊNCIAS



BERRY, Helen L.; et al. **The case for systems thinking about climate change and mental health.** *Nature Climate Change*, v. 8, n. 4, p. 282-290, 2018.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 4.928, de 2023. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para dispor sobre o direito da criança e do adolescente à saúde mental.** Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/160441>. Acesso em: 21 jul. 2025.

CARMO, Gabrielle Moussallem do SANTOS, Laiz Bezerra Pinheiro; PAQUIELA, Larissa Cristina Kremer dos Santos. **A influência da vulnerabilidade social na saúde mental de adultos: uma revisão integrativa.** *Contemporânea*, São Paulo, v. 4, n. 11, p. 1-22, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.56083/RCV4N11-158>. Acesso em: 14 jul. 2025.

CIANCONI, Paolo; BETRÒ, Sophia; JANIRI, Luigi. **The impact of climate change on mental health: a systematic descriptive review.** *Frontiers in Psychiatry*, v. 11, p. 490206, 2020.

CONRADO, Daniel; et al. **Vulnerabilidades às mudanças climáticas.** In: SANQUETTA, C. R. (Org.). *Vulnerabilidades às mudanças climáticas*, p. 80-92, 2000.

DILL, Silvana Oliveira. **Populações vulneráveis e a suscetibilidade aos efeitos dos desastres ambientais: uma abordagem jurídica.** 2013.

GANZALA, Gabryelly Godois. **A industrialização, impactos ambientais e a necessidade de desenvolvimento de políticas ambientais sustentáveis no século XXI.** 2018.

HALPERN, Ricardo; FIGUEIRAS, Amira. **Influências ambientais na saúde mental da criança.** *Jornal de Pediatria*, v. 80, p. 104-110, 2004.

HAYES, Katie; et al. **Climate change and mental health: risks, impacts and priority actions.** *International Journal of Mental Health Systems*, v. 12, n. 1, p. 28, 2018.

NOAL, Débora da Silva; RABELO, Ionara Vieira Moura; CHACHAMOVICH, Eduardo. **O impacto na saúde mental dos afetados após o rompimento da barragem da Vale.** *Cadernos de Saúde Pública*, v. 35, p. e00048419, 2019.

RAFALOSKI, Alessandra Rossoni; et al. **Saúde mental das pessoas em situação de desastre natural sob a ótica dos trabalhadores envolvidos.** *Saúde em Debate*, v. 44, p. 230-241, 2021.

